

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Diretor*J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Executivo*MAURO GUIMARÃES — *Diretor*FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*MARCOS SÁ CORREA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Assistente*

Chega de Burrice

A comissão de sistematização do Congresso Constituinte aprovou em sessão extraordinária, na noite de sábado para domingo, um dos mais obscurantistas e retrógrados projetos da enorme fornada de asneiras com a qual se vai solapando o trabalho dos parlamentares mais sérios para dotar o país de uma nova constituição.

O projeto de decisão, de autoria do deputado Paulo Ramos — e logo do PMDB do Rio de Janeiro —, proíbe a conversão total da dívida externa em capital de risco, alegadamente porque isso interessa aos credores internacionais, que querem a "desnacionalização da nossa economia".

Transformar créditos em investimento, em todas as partes do mundo, é um bom negócio, até que a demência econômica demonstre o contrário. Mas antes de chegar a esse ponto vale a pena investigar como e por que chegamos ao atual endividamento do país.

A dívida começou a inchar com a crise do petróleo, que levou os preços do óleo para a estratosfera, no início da década de 70. Como a Petrobrás desviou-se da prospecção para os investimentos industriais, o Brasil foi apanhado de calças curtas. A alta vertiginosa dos juros se encarregou de complicar o quadro de reciclagem da economia brasileira, que implicou, entre outras coisas, o retorno da ênfase da Petrobrás à prospecção e à lavra, de onde nunca deveria ter-se afastado.

Sem sombra de dúvida, encontram-se erros de nacionalismo econômico na raiz da dívida externa brasileira, e são as mesmas correntes equivocadas que voltam a insistir em empurrar o país para trás. Qual a moldura que se desenha hoje para a questão da dívida e do investimento do capital estrangeiro?

Entramos num processo de desinvestimento que significa a fuga, e não o ingresso de capitais. Em 1980 o Brasil recebeu 1,12 bilhão, líquido, de dólares (ingresso menos saída de capitais). Em 1981 recebemos 1,58 bilhão. Entre 1982 e 85 os investimentos externos líquidos flutuaram entre 900 e 700 milhões de dólares. Não consta que a economia brasileira tenha chegado ao ponto onde se encontra hoje — com presença maciça do Estado na energia elétrica, no petróleo, nas comunicações, no sistema financeiro, na indústria de base, nas ferrovias e em inúmeros outros setores — totalmente desnacionalizada.

O capital estrangeiro que veio para o Brasil colaborou para o crescimento de amplos segmentos

— e exatamente os mais produtivos —, até cobrindo os buracos deixados pelo Estado. É, portanto, a ignorância e o preconceito ideológico que tentam afastar o capital estrangeiro e particularmente embaraçar os projetos de conversão da dívida em capital.

Não se pode ignorar que a dívida brasileira é hoje negociada com deságio no exterior, nem deixar de supor que algum dia o Brasil poderá voltar a aproveitar a poupança externa. Colocar uma pedra no caminho desse processo significa sabotar as possibilidades de gerar novos empregos e acelerar o crescimento. Significa, também, ignorar a capacidade técnica e operacional das bolsas de valores para dar transferência ao processo de conversão da dívida, mostrando onde e como o capital estrangeiro está sendo aplicado. O projeto encaminhado pela Bolsa de Valores de São Paulo ao presidente da República deixa tudo isso claro. Num ambiente aberto, toda a sociedade poderá controlar os fluxos de poupança no mercado de capitais, mas é evidente que isso irá tirar uma soma considerável de poder da tecnoburocracia e dos segmentos políticos a ela aliados. É aí que nascem os focos de resistência, revestidos com uma capa de falso nacionalismo.

Essas ondas de xenofobia estão colocando o Brasil na rabeira da história. Estamos sendo superados, por países industrializados e em desenvolvimento, em mais de uma frente. O volume do comércio exterior da Argentina, em comparação com o produto interno bruto, é hoje de 18,9 por cento, contra 63 da Coreia, 15 dos Estados Unidos e 13 do Brasil. Estamos nos transformando numa Albânia, e podemos ficar ainda piores até mesmo por desconhecimento técnico dos instrumentos à disposição do governo. O Banco Central tem condições de fixar parâmetros para a conversão da dívida, se quiser evitar problemas de expansão dos meios de pagamento, e o capital poderá também ser convertido com a obrigatoriedade de um prazo mínimo de permanência no país. O que há de errado nisso além da estreiteza com que o pensamento xenófobo encara qualquer processo mais civilizado de convivência com o exterior?

As legiões de desempregados que se empilham nas grandes cidades deveriam conhecer os nomes dos parlamentares que votam contra o aumento dos investimentos estrangeiros associados ao capital nacional. São eles os verdadeiros inimigos dos trabalhadores e da classe empresarial produtiva.

Razões Práticas

Entre a convocação e a convenção extraordinária do PMDB, no final desta semana, muita água passou debaixo da ponte e levou as razões inicialmente alegadas para realizá-la agora. Os motivos para a iniciativa não resistem às necessidades políticas, que se apresentam com prioridade ao exame da convenção, na moldura de crise.

A hipótese de rachar o maior partido brasileiro, a esta altura da nossa evolução política, é de uma insensatez que impõe a reconsideração da própria iniciativa. A consulta orgânica, para o futuro da transição política brasileira, assumiu diante dos riscos iminentes outra feição que muda completamente o raciocínio.

Não faz o menor sentido prático o PMDB tomar agora uma decisão de tal magnitude quando as condições, dentro de noventa dias, poderão alterar substancialmente o quadro social e político em que a Constituinte decidirá as questões pendentes: o mandato presidencial e a forma de governo. É que, depois de um mês de existência, o Plano Bresser se tornou a mais importante referência na vida brasileira. Tudo, praticamente, depende dele. Se o plano explicitar, nos próximos dois meses, os benefícios que equacionou corretamente, as condições serão muito diferentes do que se os resultados se frustrarem. Portanto, o bom senso recomenda cautela ao PMDB.

De que adiantaria a convenção decidir agora sobre matéria que não vai depender exclusivamente dos constituintes do PMDB? Sem um recuo substancial e decisivo da inflação, não haverá como aliviar a pressão social sobre os constituintes com outro tipo de risco indesejável. A questão política transcenderá os objetivos do PMDB, se o Plano Bresser não converter a incerteza em certeza da viabilidade econômica do Brasil.

Decidir neste momento uma questão sobre a

qual a opinião pública vai projetar oportunamente o seu julgamento, em função dos resultados do Plano Bresser, é inverter a ordem natural das coisas. Que benefícios poderiam advir para a democracia de uma decisão que, neste momento, indispusesse o PMDB com o Presidente da República? A opção pelo mandato de quatro anos seria um ato inamistoso da convenção e prenúncio de um confronto político entre o presidente e a Constituinte, numa crise institucional sem grandeza e sem justificativa.

A consciência democrática brasileira espera que as condições sejam corretamente interpretadas e se tornem compreensíveis aos convencionais do PMDB: em vez de definir no âmbito partidário o mandato presidencial e o sistema de governo, o que de melhor pode a convenção fazer é atender à necessidade dramática de apoiar o Plano Bresser em sua fase de carência. Com uma posição política objetiva, o PMDB evitará o risco da cisão e os perigos de uma crise com ramificações institucionais graves entre o Executivo e a Constituinte.

Mais à frente, entre sessenta e noventa dias, então, sim, o PMDB irá decidir inteiro, no âmbito da Constituinte (portanto, sem fracionar-se), com fidelidade pelos sentimentos de toda a sociedade, questões que transcendem os limites partidários. Tanto que não se inscrevem entre os compromissos dos partidos expressos em programas.

O grande mérito tático da reconversão do sentido político da convenção — através do debate e da defesa do Plano Bresser — será esvaziar para o futuro as tensões sociais que possam se projetar sobre a vontade constituinte. Pois o sucesso do Plano Bresser será uma extraordinária garantia de normalidade política e institucional. E, ao contrário, o seu malogro acarretará conseqüências incalculáveis.